ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e treze, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em sessão extraordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pelo Segundo Secretário Ana Patrícia Caçador Palma (Partido Socialista).----------

--------Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:----------

--------Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Ana Teresa de Sousa David, Artur Fernando Salgado, Joaquim Gonçalves Banha, Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, Mário Isidro das Neves Ribeiro e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista).----------

--------Valter Peseiro Jerónimo, Armando Rodrigues e Rui Miguel Friezas Aldeano (Coligação Democrática Unitária).----------

--------Francisco Artur Gomes Gaspar e Vera Sofia dos Santos Faria (Partido Social Democrata).

--------Custódio Domingos Marques (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Partido Socialista), José de Jesus Joaquim (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Partido Socialista), Ortelinda da Conceição Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Valter Manuel Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista), Anacleto António de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista) e Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra - Partido Socialista).----------

--------Não estava presente a Deputada Municipal Sofia Isabel da Cunha Marques (Coligação Democrática Unitária) e o Deputado Municipal Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias (Partido Social Democrata).----------

--------O Presidente da Assembleia deu conhecimento do seguinte pedido de substituição, de conformidade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.----------

--------A Deputada Municipal Sofia Isabel da Cunha Marques fez-se substituir por Valdemar José Lopes, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, por impossibilidade de presença de Luís Alberto Ferreira.----------

--------Verificado o quórum, com a presença de vinte e quatro membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**: ----------

--------**PONTO UM - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;----------**

--------**PONTO DOIS - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CON-**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

CELHO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL; ----------

--------PONTO TRÊS - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA; ----------

--------PONTO QUATRO - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA;----------

--------PONTO CINCO - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL - ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA; ----------

--------PONTO SEIS - COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA;----------

--------PONTO SETE - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA - ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; ----------

--------PONTO OITO - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DO CONCELHO DE CORUCHE - DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS;----------

--------PONTO NOVE - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - LEZÍRIA;----------

--------PONTO DEZ - ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO; ----------

--------PONTO ONZE - CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARA A CONTESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE FINANÇAS NO MUNICÍPIO DE CORUCHE;----------

--------PONTO DOZE - REGULAMENTO DE COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUCHE; ----------

--------PONTO TREZE - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO; ----------

--------PONTO CATORZE - FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2014; ----------

--------PONTO QUINZE - CANDIDATURA APROVADA PELO POPH - PROGRAMA OPERACIONAL DE POTENCIAL HUMANO - FORMAÇÃO AÇÃO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CELEBRAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;----------

--------PONTO DEZASSEIS - CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS ESTÁGIO EMPREGO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CELEBRAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;----------

--------PONTO DEZASSETE - PROPOSTA DA MESA DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE O PONTO DE SITUAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CORUCHE.----------

--------Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Francisco Silvestre de Oliveira, e os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

Vereadores, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, José Aníbal Ferreira Novais, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho, José Marcelino e Liliana Sofia Neves Ferreira dos Santos Pinto.----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: Queria dar conhecimento que os serviços vão criar um sistema informático em que cada Deputado Municipal terá uma password para poder consultar toda a documentação respeitante às sessões da Assembleia Municipal. Quem quiser pode optar por esta forma de consulta. Para quem não quiser, a documentação será distribuída em papel e enviada pelo correio.----------

--------Os líderes dos Grupos Municipais irão receber, sempre, toda a documentação em papel.--

--------Agradecia que os Deputados Municipais preenchessem o impresso que foi distribuído e que, no final da sessão, o entregassem na Mesa. ----------

--------**Justificação de Faltas**:- O Presidente da Assembleia colocou à votação da Assembleia Municipal os pedidos de justificação de falta de Fernando Aníbal Serafim e de Ana Sofia Falamino Oliveira, eleitos na lista da Coligação Democrática Unitária, ao ato de instalação da Assembleia Municipal para o quadriénio de 2013/2017, que ocorreu no dia 11 de outubro de 2013.----------

--------A Assembleia deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos eleitos Fernando Aníbal Serafim e Ana Sofia Falamino Oliveira.----------

--------**TOMADA DE POSSE - FERNANDO ANÍBAL SERAFIM E ANA SOFIA FALAMINO OLIVEIRA:-** O Presidente da Assembleia deu posse a Fernando Aníbal Serafim e a Ana Sofia Falamino Oliveira, ficando a fazer parte integrante da presente Ata o respetivo "Aditamento à Ata de Instalação da Assembleia Municipal a exercer funções no quadriénio de 2013/2017".

--------**A Assembleia passou a ter a presença de vinte e seis membros**.----------

--------A partir deste momento, o Deputado Municipal Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias passou a participar nos trabalhos, pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos. ----------

--------**A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros**. ----------

----------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

--------**PONTO UM - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-** Foi presente a circular n.º 116, de 13 de outubro de 2013, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, solicitando, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a eleição dos representantes das juntas de freguesia do concelho. ----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de eleger dois presidentes de junta de freguesia (o efetivo e o seu legal substituto).----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------De seguida, procedeu-se às respetivas eleições, por voto secreto, tendo participado vinte e sete membros.----------
--------Foram obtidos os seguintes resultados: ----------
--------1) "Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Associação Nacional de Municípios Portugueses": ----------
--------a) Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra - dezassete votos;----------
--------b) Ortelinda da Conceição Camões Graça, Presidente da Junta de Freguesia de Couço - um voto; ----------
--------c) Votos em branco - nove votos.----------
--------Foi eleito "Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Associação Nacional de Municípios Portugueses", Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra. ----------
--------2) "Substituto do Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Associação Nacional de Municípios Portugueses": ----------
--------a) Valter Manuel Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - dezassete votos; ----------
--------b) Votos em branco - dez votos. ----------
--------Foi eleito "Substituto do Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Associação Nacional de Municípios Portugueses", Valter Manuel Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato.----------
--------**PONTO DOIS - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL:-** Foi presente o ofício n.º 167, de 14 de outubro de 2013, da Assembleia Distrital de Santarém, solicitando, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro, a eleição dos representantes das juntas de freguesia do concelho na Assembleia Distrital.----------
--------O Presidente da Assembleia referiu que é necessário eleger dois presidentes de junta de freguesia (o efetivo e o seu substituto legal). ----------
--------De seguida, procedeu-se às respetivas eleições, por voto secreto, tendo participado vinte e sete membros.----------
--------Foram obtidos os seguintes resultados: ----------
--------1) "Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Assembleia Distrital": ---------
--------a) José de Jesus Joaquim, Presidente da Junta de Freguesia da Branca - dezassete votos;--
--------b) Votos em branco - dez votos. ----------
--------Foi eleito "Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Assembleia Distrital",

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

José de Jesus Joaquim, Presidente da Junta de Freguesia de Branca. ----------
-------- 2) "Substituto do Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Assembleia Distrital: ----------
-------- a) Custódio Domingos Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - dezassete votos;----------
-------- b) Votos em branco - dez votos. ----------
-------- Foi eleito "Substituto do Representante das Juntas de Freguesia do Concelho na Assembleia Distrital", Custódio Domingos Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho.----
-------- **PONTO TRÊS - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:-** Foi presente o ofício n.º 7015, de 28 de outubro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em conformidade com o artigo 3.º, n.º 2, alínea h), da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 23 de outubro de 2013. - ----------
-------- O Senhor Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de eleger um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.----------
------- De seguida, procedeu-se à respetiva eleição por voto secreto, tendo participado vinte e sete membros.----------
-------- Foram obtidos os seguintes resultados: ----------
-------- a) Valter Manuel Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - dezassete votos; ----------
-------- b) Votos em branco - dez votos. ----------
-------- Foi eleito Valter Manuel Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato, como representante na Comissão Municipal de Proteção Civil. ----------
-------- **PONTO QUATRO - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA:-** Foi presente o ofício n.º 7015, de 28 de outubro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em conformidade com a Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pelo artigo 5.º, alínea d), da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 23 de outubro de 2013. ----------
-------- O Senhor Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de eleger um presidente da junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.----------
-------- De seguida, procedeu-se à respetiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e sete membros.----------
-------- Foram obtidos os seguintes resultados: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------a) Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra - dezassete votos;----------

--------b) Ortelinda da Conceição Camões Graça, Presidente da Junta de Freguesia de Couço - sete votos; ----------

--------c) Votos em branco - três votos. ----------

--------Foi eleito Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, como representante no Conselho Municipal de Educação. ----------

--------**PONTO CINCO - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL - ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA:-** Foi presente o ofício n.º 6834, de 21 de outubro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em conformidade com o artigo 157.º, n.º 2, alínea e), do Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 16 de outubro de 2013.----------

--------O Senhor Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de eleger um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal. ----------

--------Pergunto aos Grupos Municipais se têm propostas para apresentarem.----------

--------O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: O Grupo Municipal do PS propõe Manuel Fernando Carvalho, Vogal da Assembleia de Freguesia de Couço e, por outro lado, também pertence à Associação de Caçadores do Couço, daí que nos parece ser a pessoa mais indicada. -------

--------O Presidente da Assembleia afirmou: Não sendo apresentadas mais propostas e uma vez que o boletim de voto é composto por "Proposta A", "Proposta B" e "Proposta C", vamos entender a presente candidatura como "Proposta A". Os votos que surjam nas propostas "B" e "C" serão considerados nulos. ----------

--------De seguida, procedeu-se à respetiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e sete membros.----------

--------Foram obtidos os seguintes resultados: ----------

--------a) "Proposta A" - 17 votos; ----------

--------b) Votos em branco - dez votos. ----------

--------Foi eleito Manuel Fernando Carvalho, Vogal da Assembleia de Freguesia de Couço, para integrar o Conselho Cinegético Municipal. ----------

--------**PONTO SEIS - COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:-** Foi presente o ofício n.º 6834, de 21 de outubro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em conformidade com o artigo 3.º - D, alínea b), do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------O Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de eleger um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. ----------

--------De seguida, procedeu-se à respetiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e sete membros.----------

--------Foram obtidos os seguintes resultados: ----------

--------a) Anacleto António de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - dezassete votos;----------

--------b) Votos em branco - dez votos. ----------

--------Foi eleito Anacleto António de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa, como representante na Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. ----------

--------**PONTO SETE - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA - ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Foi presente o ofício n.º 6834, de 21 de outubro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em conformidade com o artigo 6.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, que foi aprovada, por unanimidade, em sua reunião ordinária de 16 de outubro de 2013.------

--------O Senhor Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de proceder à eleição de dois representantes de entre os vinte e um deputados municipais para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia. ----------

--------O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Estranho esta forma de votação pelo facto dos presidentes de junta de freguesia não constarem do boletim de voto. ----------

--------O Presidente da Assembleia salientou: Face ao Regulamento, os presidentes de junta de freguesia têm assento na Comissão Municipal de Toponímia. ----------

--------O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: O Regulamento não se pode sobrepor aos direitos atribuídos aos membros da Assembleia Municipal. ----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: Cada vez que a Comissão reúne o presidente da junta de freguesia visada junta-se a este órgão. ----------

--------O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A questão, para mim, é a de saber se do ponto de vista formal esta eleição não é impugnável.----------

--------O que o Senhor Presidente da Assembleia está a dizer é que os senhores presidentes de junta de freguesia podem votar, mas não podem ser eleitos enquanto membros da Assembleia Municipal. Essa é a minha dúvida. É uma matéria, que do ponto de vista jurídico, deveria ser melhor analisada. ----------

--------De seguida, procedeu-se à respetiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

sete membros.----------
--------Foram obtidos os seguintes resultados: ----------
--------a) Joaquim Filipe Coelho Serrão - dezassete votos;----------
--------b) Filipe Claro Justino - dezassete votos;----------
--------c) Fernando Aníbal Serafim - sete votos;----------
--------d) Votos em branco - três votos. ----------
--------Foram eleitos Joaquim Filipe Coelho Serrão e Filipe Claro Justino, como representantes na Comissão Municipal de Toponímia.----------
--------**PONTO OITO - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DO CONCELHO DE CORUCHE - DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS:-** Foi presente o ofício n.º 6834, de 21 de outubro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em conformidade com o artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 16 de outubro de 2013.----------
--------O Presidente da Assembleia salientou: À semelhança do mandato anterior, em relação a esta Comissão, utilizar-se-á o método de Hondt. Assim, o Grupo Municipal do PS indicará 3 pessoas e o Grupo Municipal da CDU 1 pessoa. ----------
--------O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: O Grupo Municipal do PS indica Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, Paulo de Oliveira Matias e Raquel de Brito Pereira da Silva Barroso. ----------
--------O Deputado Municipal Valter Jerónimo referiu: O Grupo Municipal da CDU indica a Deputada Municipal Ortelinda da Conceição Camões Graça.----------
--------A Assembleia designou os seguintes cidadãos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo do Concelho de Coruche: ----------
--------Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos; ----------
--------Paulo de Oliveira Matias; ----------
--------Raquel de Brito Pereira da Silva Barroso;----------
--------Ortelinda da Conceição Camões Graça. ----------
--------**PONTO NOVE - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - LEZÍRIA:-** Foi presente o ofício n.º 3260, de 4 de novembro de 2013, do Agrupamento de Centros de Saúde - Lezíria, solicitando, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro, a indicação do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde - Lezíria. ----------
--------O Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de eleger um represen-

tante para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde - Lezíria. --

-------- De seguida, procedeu-se à eleição, por voto secreto, tendo participado na votação vinte e sete membros.----------

-------- Foram obtidos os seguintes resultados: ----------

-------- a) Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles - dezassete votos; ----------

-------- b) Deputada Municipal Mara Lúcia Lagriminha Coelho - dois votos; ----------

-------- c) Votos em branco - oito votos. ----------

-------- Foi eleito o Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles, como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde - Lezíria.----------

-------- **PONTO DEZ - ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO:-** Foi presente o faxe de 29 de outubro de 2013, da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, solicitando, nos termos do artigo 83.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a eleição para a Assembleia Intermunicipal. ----------

-------- O Senhor Presidente da Assembleia referiu: A Assembleia Municipal tem de proceder à respetiva eleição de entre os vinte e um Deputados Municipais eleitos diretamente.----------

-------- De seguida, procedeu-se à respetiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e um membros. ----------

-------- Foram obtidos os seguintes resultados: ----------

-------- a) Partido Socialista - onze votos; ----------

-------- b) Coligação Democrática Unitária - seis votos; ----------

-------- c) Brancos - quatro votos.----------

-------- Aplicando-se o método de Hondt, distribuem-se os mandatos correspondentes a cada lista, nos seguintes termos: ----------

-------- a) Partido Socialista (três mandatos): ----------

-------- Artur Fernando Salgado; ----------

-------- Mara Lúcia Lagriminha Coelho;----------

-------- Ana Teresa de Sousa David.----------

-------- b) Coligação Democrática Unitária (um mandato): ----------

-------- Valter Peseiro Jerónimo. ----------

-------- **PONTO ONZE - CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARA A CONTESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE FINANÇAS NO MUNICÍPIO DE CORUCHE:-** Foi presente o ofício n.º 7265, de 7 de novembro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a "Tomada de Posição da Câmara Municipal contra o encerramento

do Serviço de Finanças de Coruche", aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 6 de novembro de 2013, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. ----------

-------- O Senhor Presidente referiu: A Câmara Municipal solicita-nos que cada Grupo Municipal indique uma pessoa para a respetiva Comissão. ----------

-------- Essa Comissão será constituída pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal e por um membro de cada força política. ----------

-------- Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara abordasse esta questão, até porque tem mais informações do que eu. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Antes de mais, queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Vereadores e o público presente nesta sala e, ainda, desejar, sendo esta a primeira Assembleia Municipal deste mandato, que o trabalho dos eleitos a favor das nossas populações decorra de forma proveitosa. ----------

-------- Relativamente à "Tomada de Posição" que a Câmara aprovou em sua reunião de 6 de novembro de 2013, a mesma é no sentido de contestarmos aquilo que são as notícias que têm vindo a público sobre a possibilidade do encerramento do Serviço de Finanças de Coruche. ----------

-------- Estas notícias surgem na comunicação social e também são vinculadas pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, onde se anuncia a possibilidade do encerramento de 154 Serviços de Finanças em Portugal, dos quais 9 seriam no distrito de Santarém e onde Coruche estaria incluído. ----------

-------- Solicitei reuniões ao Diretor Distrital de Finanças e ao Chefe das Finanças de Coruche, no sentido de percebermos até que ponto estas notícias teriam ou não fundamento. ----------

-------- Não reunimos pessoalmente, a conversação foi via telefone, tendo solicitado informação acerca do que era o movimento do Serviço de Finanças de Coruche, porque o que está em causa é percebermos que se presta um serviço às populações, o qual é muito importante face àquilo que é o distanciamento que as nossas freguesias têm em relação à sede do concelho e à ausência de transportes públicos para que as pessoas possam dirigir-se ao Serviço de Finanças de Coruche. --

-------- Essa informação, até ao momento, ainda não chegou, ou seja, no sentido de percebermos aquilo que é o Serviço de Finanças, o atendimento que se faz e o movimento em termos financeiros. ----------

-------- Da conversa que tive com o Chefe das Finanças de Coruche, o mesmo informou que o Serviço de Finanças tem mais movimento não só em atendimento, mas também financeiro do que tem por exemplo o de Salvaterra de Magos. Contudo, ao que sabemos, em Salvaterra de Magos não há essa indicação de encerramento. ----------

-------- A "Tomada de Posição" que aprovámos em conjunto (as três forças políticas com assento na Câmara Municipal) visa exatamente estabelecer um alerta para esta situação, daí a constitui-

ção desta Comissão, para que junto do Governo e da Assembleia da República se tente perceber o fundamento desta notícia.----------

--------Todos sabemos que estas situações, por vezes, surgem quer pela comunicação social, quer pelos órgãos do Governo, e depois da notícia até à prática as medidas são imediatas. O que se pretende é criar um estado de alerta para que estejamos preparados para esta circunstância e que a tentemos contrariar.----------

--------Oficialmente a Câmara não tem notícias. Mas, tendo em conta o que tem vindo a acontecer por todo o concelho, e pelos concelhos vizinhos, temos receio que esta situação possa acontecer de um momento para o outro. Temos de fazer este trabalho no sentido da defesa das nossas populações e dos interesses do concelho. Este serviço é por demais importante, como todos nós sabemos.----------

--------Na "Tomada de Posição" caracterizamos o concelho em função da sua dimensão geográfica e territorial, aquilo que são as suas carências, a ausência de serviços e de transportes públicos e a distância a que fica do distrito de Santarém e dos concelhos de Benavente e Almeirim. ---

--------Trata-se de um serviço de proximidade às populações e que nós temos o dever de contestar enquanto autarcas, enquanto eleitos, caso se venha a concretizar o seu encerramento. No fundo, é uma medida para que, a ser verdade, tentemos travar, em conjunto com as nossas populações, esta possibilidade.----------

--------O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais: ----------

--------O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Antes de mais, esta é a primeira sessão de uma forma mais formal deste mandato, pelo que gostaria de me congratular, e penso que os meus camaradas de bancada também me acompanham, pelo facto de termos voltado a reunir na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho. Apesar de ser um espaço exíguo, tem o mínimo de dignidade para que possamos trabalhar e consultar a documentação e ainda ter o copo da água em cima da mesa (coisa que não aconteceu durante quatro anos no Auditório do Museu Municipal). Eu próprio e outros camaradas insistimos várias vezes sobre a situação nada digna em que estávamos a trabalhar, mas a maioria fez, pura e simplesmente, orelhas moucas durante quatro anos. ----------

--------Um dia, provavelmente, saberemos o porquê da razão daquela teimosia. Nunca percebi e creio que ninguém percebeu tal situação. Alguns momentos eram caricatos, o jarro de água e o copo no chão e os documentos a cair constantemente. Felizmente que a situação está ultrapassada. ----------

--------A CDU suscitou esta questão na reunião de Câmara, propondo a constituição de uma Comissão e o PS e o PSD acompanharam.----------

--------Do ponto de vista da bancada da CDU, é importante defender os serviços públicos, neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

caso concreto, defender o não encerramento da Repartição de Finanças em Coruche. ----------
-------- Acho que não devemos invocar os outros concelhos e as características de outros (se têm mais ou menos movimento ou se estão mais ou menos distantes de outras Repartições de Finanças). Devemos fazer a batalha, travar o combate, para que, de facto, a Repartição de Finanças não encerre e nunca contrapor em relação a concelhos vizinhos. De alguma forma, caímos nessa utopia em relação às freguesias. ----------
-------- Acho que nós devemos fazer a defesa dos nossos serviços públicos e, em Salvaterra de Magos, os salvaterrenses farão a deles e em Almeirim a mesma coisa. Deve ser essa a interpretação. ----------
-------- Este é mais um serviço público que não podemos deixar que encerre. ----------
-------- Já conhecemos a prática deste Governo, temos lá um conjunto de rapazolas que estão a desgraçar o país e as nossas vidas. De facto, não há ainda muita informação sobre a matéria, mas sabemos que está nos planos o encerramento de alguns serviços públicos, por aquilo a que vimos assistindo nos mais diversos domínios e que há um ano atrás jamais pensávamos que pudessem vir a acontecer. O que está perspetivado para 2014 é também muito duro. ----------
-------- Penso que devemos dar como adquirido que pretendem encerrar o Serviço de Finanças e devemos mobilizar a população para se opor, de uma forma muito determinada, a este encerramento. Pela nossa parte vamos fazer isso, aliás, já tomámos uma iniciativa no final do mês passado e lamentamos que não tivesse havido uma maior associação e participação. ----------
-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Queria desejar que, no futuro, os trabalhos decorram, não digo de forma serena, nem sempre tem de haver serenidade no espaço de discussão política, pelo melhor e que consigamos todos expor as nossas ideias em relação ao concelho de Coruche. ----------
-------- Queria reforçar um pouco a ideia que o meu camarada Armando Rodrigues colocou, que tem a ver com a tática utilizada, ou com os argumentos utilizados, para combater o encerramento de mais este serviço público no concelho de Coruche. ----------
-------- Recordo que tem havido diversos encerramentos de serviços públicos no concelho de Coruche e que eu não sei como os classificar - é da noite para o dia. Por exemplo, o Serviço da Segurança Social no Couço e as Extensões do Centro de Saúde na Lamarosa e no Biscainho. --------
-------- O Serviço de Finanças será mais um passo se não travarmos o devido combate e se não conseguirmos mobilizar a população. ----------
-------- A seguir vão querer encerrar a urgência no Centro de Saúde, etc., etc.. ----------
-------- O que está em causa hoje é encerrar serviços públicos, é uma das diretivas deste Governo. Não digo que são rapazolas, sou relativamente jovem, mas caracterizo-os de bandidos, porque quem rouba é bandido. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------Não me parece que seja boa estratégia entrar por números ou por dados técnicos. Não é essa a questão que está em causa, mas sim o direito ao acesso aos serviços públicos de qualidade e de proximidade. São direitos constitucionais e é aqui que nós temos de batalhar. Pagamos os nossos impostos, temos direito a serviços públicos como os outros. Dizer-se que em Almeirim e em Salvaterra de Magos têm serviços não me parece correto. Aliás, temos péssimos resultados, e não é que não tenha havido combate por parte dos eleitos, em relação às freguesias. O que nos valeu dizer que se fosse lá para o Norte, para Barcelos, até se justificaria? Não valeu de nada, tivemos o resultado que tivemos, foram três freguesias no concelho de Coruche. ----------

--------Temos de unir esforços e defender os serviços públicos, que é um direito constitucional e que é devido aos coruchenses enquanto cidadãos cumpridores de pagamento de impostos e das suas obrigações em matéria fiscal.----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: Solicito aos Grupos Municipais a indicação de um elemento para a constituição da Comissão. ----------

--------Entretanto, será agendada uma reunião para adotar a estratégia a ser seguida, no sentido de defender este serviço público, o qual pode ser dado como encerrado de um dia para o outro. --

--------Foram indicados os seguintes Deputados Municipais: ----------

--------Grupo Municipal do PS - Joaquim Gonçalves Banha;----------

--------Grupo Municipal da CDU - Armando Rodrigues; ----------

--------Grupo Municipal do PSD - Vera Sofia dos Santos Faria. ----------

--------**PONTO DOZE - REGULAMENTO DE COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUCHE:-** Foi presente o ofício n.º 6441, de 27 de setembro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Regulamento de Comércio Não Sedentário do Município de Coruche, que foi aprovado por unanimidade, em sua reunião de 25 de setembro de 2013, o qual fica como anexo fazendo parte integrante da presente ata. ----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Doze por parte do Presidente da Câmara.----------

--------O Presidente da Câmara referiu: Tivemos de adaptar este Regulamento à Lei n.º 27/2013, de 12 de abril e ao Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, no sentido de congregar os dois Regulamentos que existiam para o comércio em feiras e a venda ambulante. ----------

--------Foram contactadas as várias associações de feirantes e também a DECO. A DECO apresentou algumas alterações, as quais foram aceites e fazem parte do presente Regulamento.--------

--------A Assembleia Municipal terá agora de aprovar este Regulamento para que ele seja eficaz no Município de Coruche. ----------

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Doze. ----------
-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Comércio Não Sedentário do Município de Coruche.----------
-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------
-------- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e dezoito minutos. ------
-------- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos. ----------
-------- **PONTO TREZE - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:-** Foi presente o ofício n.º 7056, de 29 de outubro de 2013, anexando os protocolos de delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia do Concelho, conforme deliberação aprovada por unanimidade em sua reunião ordinária de 23 de outubro de 2013, os quais ficam a fazer parte integrante da presente ata. ----------
-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Treze por parte do Presidente da Câmara. ----------
-------- O Presidente da Câmara referiu: Os presentes protocolos resultam da necessidade de cumprirmos aquilo que está previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e que atribui às juntas de freguesia novas competências, no entanto, estão esvaziadas de transferências financeiras.------
-------- Tendo em conta que a Câmara Municipal delegou competências nas Juntas de Freguesia para a conservação e manutenção de espaços verdes, a manutenção de estradas e caminhos em terra batida e transportes escolares, verifica-se a necessidade de aprovar a continuidade destes mesmos protocolos, caso contrário, caíamos num vazio legal.----------
-------- Se as Juntas de Freguesia assumirem estas competências, por outro lado, não têm verbas financeiras para as assumir na sua totalidade. Também a execução dos seus Orçamentos de 2013 têm por base aquilo que são os protocolos existentes, daí a necessidade de transferências de verbas inerentes a estes mesmos protocolos.----------
-------- Se assim não fosse, significava que após a entrada em vigor desta lei a Câmara Municipal deixaria de poder transferir para as juntas de freguesia as verbas anteriormente protocoladas e, como devem imaginar, isso causaria enormes transtornos à gestão das juntas.----------
-------- O que se pretende é aprovar estes protocolos que estão em vigor até que existam condições. A legislação prevê 180 dias para a celebração de novos protocolos, ou seja, em conjunto com as juntas de freguesia delinearmos aquilo que são os novos protocolos nestas competências que estão agora previstas. ----------
-------- Darmos legalidade aos protocolos que estão em vigor neste momento e que preveem a transferência de verbas no âmbito dessas mesmas competências que estão delegadas nas nossas juntas de freguesia.----------

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----
-------- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Treze. ----------
-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar os protocolos de delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia do Concelho. ----------
-------- A presente ata foi aprovada em minuta. ----------
-------- **PONTO CATORZE - FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2014:-** Foi presente o ofício n.º 7271, de 11 de novembro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 6 de outubro de 2013, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. ----------
-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Catorze por parte do Presidente da Câmara. ----------
-------- O Presidente da Câmara referiu: Esta é uma competência da Assembleia Municipal - poder fixar, até ao final do mês de novembro, as taxas de IMI a praticar no concelho. ----------
-------- Estas taxas variam para os prédios urbanos entre 0,4% e 0,8% e para os prédios avaliados nos termos do CIMI entre 0,2% e 0,5%. ----------
-------- A evolução das receitas relativamente ao IMI tem sido constante. Fizemos um histórico para 10 anos atrás e houve um crescimento na ordem dos 3,3%, o que significa que o Município tem arrecadado sensivelmente a mesma receita. ----------
-------- O que resulta de algum eventual aumento do IMI tem a ver com aquilo que foi a reavaliação dos prédios urbanos, daí que era suposto não termos, neste momento, esta taxa de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados, uma vez que, até ao final do ano, o Governo comprometeu-se a ter os prédios urbanos todos avaliados nos termos do CIMI. Considerando que não foi possível fazer esta avaliação, existem ainda prédios para avaliar, daí a necessidade da manutenção desta mesma taxa para esses prédios. ----------
-------- Era muito mais confortável estarmos aqui a propor o abaixamento destas taxas de IMI, mas tendo em conta aquilo que está previsto no Orçamento do Estado em relação aos municípios, ou seja, um corte substancial nas receitas, é desadequado. Também, ainda não sabemos, neste momento, as receitas que vamos recolher no ano de 2013, uma vez que podem ocorrer reclamações destas mesmas avaliações. Esses processos decorrem nos Serviços de Finanças e a haver razão significa que terá de ser devolvido esse mesmo dinheiro aos munícipes. ----------
-------- A título de exemplo, referir uma situação que decorreu em 2009, na sequência de um pedido de reclamação apresentado pela DAI relativamente à avaliação do seu edificado, em que o Município teve de devolver às Finanças 900.000 euros porque houve uma avaliação incorreta por

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

parte das Finanças em relação aos anos anteriores. ----------
-------- O valor relativamente às receitas do IMI será em função da reavaliação dos prédios, uma vez que ele pode ser, de facto, alterado face às reclamações que possam existir. ----------
-------- Quanto às transferências do Orçamento do Estado, o Município de Coruche já sofreu um corte de 13,7% de 2010 a 2013, o que representou 1.500.000 euros a menos nas transferências. --
-------- Também, o que está aprovado para o ano de 2014 significa mais uma redução de 4,28%, ou seja, o Município vai deixar de receber cerca de 500.000 euros das transferências do Orçamento do Estado. ----------
-------- Ainda, no que respeita às receitas próprias do Município, temos de ter em conta o desaparecimento da taxa do Imposto Municipal de Transações até 2018 (tem a ver com a antiga SISA).
-------- Em relação às receitas do IMI a receita reverte, atualmente, totalmente para as juntas de freguesia (até aqui 50% desta receita revertia para as juntas de freguesia e 50% para os municípios). ----------
-------- Relativamente aos prédios urbanos, 1% desta receita, 1% da receita de capital, reverte para as juntas de freguesia, portanto, é também menos uma receita para os municípios. ----------
-------- Quanto às transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, a partir de 2015, prevê-se que sejam diminutas, que a receita tenha uma redução na ordem dos 2.000.000 euros. Isto é significativo naquilo que é o Orçamento do Município. ----------
-------- Relativamente aos pagamentos para a Caixa Geral de Aposentações, houve um aumento substancial daquilo que são os descontos que o Município faz - passou de 20% para 23,75%, o que significa um encargo com as despesas de pessoal na ordem dos 110.000 euros. ----------
-------- Posto isto que acabei de dizer, não fora, de facto, todos estes cortes previstos no Orçamento do Estado, para além de outras situações que vêm penalizar os municípios, podíamos hoje estar em condições de prever um abaixamento nas taxas de IMI para o ano de 2014, mas esta circunstância leva-nos a que tomemos alguma cautela. ----------
-------- Assim, propomos a manutenção das taxas em vigor no ano anterior, ou seja, 0,7% para os prédios urbanos e 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. ----------
-------- É importante refletirmos sobre estas coisas face àquilo que foram os encargos que houve com a reavaliação dos prédios, pois o Serviço de Finanças ficou com 5% dessa mesma verba no ano de 2012 (70.000 euros) que deixaram de ser arredados pelo Município, para fazer face aos encargos da reavaliação destes mesmos prédios. ----------
-------- Em relação a 2013 não sabemos quanto é que isso reflete tendo em conta que ainda falta fazer a reavaliação de alguns prédios urbanos. Não sabemos, ainda, quanto é este encargo dos 5% sobre os prédios que faltam reavaliar. ----------
-------- A proposta é que façamos a manutenção das taxas em vigor, com o compromisso, se a

situação se mantiver em termos de receitas de IMI, de podermos estar em condições, no próximo ano, de fazer algum abaixamento nestes valores. ----------

--------Neste momento, acho que é muito prematuro prevermos algum abaixamento, ou seja, darmos alguma folga, porque qualquer folga de 0,1% significa menos encaixe em termos financeiros para o Município e pode pôr em causa aquilo que é a sua estabilidade financeira para as despesas correntes.----------

--------Não queremos correr riscos como alguns Municípios correram, e que hoje têm de praticar as taxas máximas de IMI, porque não tiveram a cautela suficiente naquilo que foi a gestão financeira. Agora, que tiveram de recorrer ao Programa de Apoio à Economia Local têm de praticar as taxas máximas de 0,8% e 0,5%. ----------

--------Manda a cautela que façamos a manutenção das nossas taxas que vigoram no ano de 2013. Se as receitas previsionais se vierem a verificar como verdadeiras e não com espectáveis, poderemos estar em condições, no próximo ano, de vir a fazer algum abaixamento neste valor do IMI. Neste momento, a posição da Câmara é que não há condições para se poder fazer algum abaixamento nos valores de IMI para o ano de 2014. ----------

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. ----------

--------O Deputado Municipal Valter Jerónimo referiu: Em primeiro lugar, dizer que ouvi com atenção a exposição do Senhor Presidente da Câmara. Fez um discurso bastante negro sobre aquilo que se prevê que sejam as receitas deste Município. É um discurso que já estamos habituados a ouvir. ----------

--------Vamos basear-nos em factos e andar um pouquinho para trás para percebermos os discursos que são feitos e, depois, o que na realidade acontece. ----------

--------Em 2010 tínhamos previsto em Orçamento na rubrica das receitas de IMI 1.050.000 euros, mas na realidade tivemos 1.320.000 euros, o que significa que recebemos cerca de 270.000 euros a mais daquilo que tínhamos previsto.----------

--------A redução de 0,1% das taxas de IMI, como a CDU tinha proposto, teria um impacto na ordem dos 150.000 euros, ou seja, bastante abaixo daquilo que se veio a receber. ----------

--------Colocar em causa que a descida de 0,1% coloca em causa a situação financeira da Câmara Municipal não é totalmente verdade. Como podemos ver por estes dados de 2010 não iria causar nenhum transtorno nem afetar os rácios económicos ou financeiros.----------

--------Passamos para 2011 e verificamos que tínhamos previsto uma receita em Orçamento de 930.000 euros, no entanto, a receita real foi de 1.394.000 euros, ou seja, mais 464.000 euros do que a receita prevista.----------

--------Volto a referir que uma redução de 0,1% nas taxas teria um impacto na ordem dos

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

130.000 euros. Mais uma vez, os discursos de que não se podem reduzir as taxas para não causar perturbações financeiras na Câmara Municipal são falsos. ----------

-------- Em 2012 tínhamos previsto uma receita de 1.335.000 euros e a receita real foi de 1.372.000 euros, ou seja, mais 37.000 euros do que estava previsto. ----------

-------- Voltando a fazer o mesmo raciocínio teríamos aqui uma redução de 190.000 euros se aplicássemos a redução de 0,1%. ----------

-------- Relativamente a 2013 a receita irá ser superior a 1.500.000 euros. ----------

-------- No meu entender, este valor está relacionado com dois fatores: a reavaliação dos prédios e as isenções. ----------

-------- Os anos de 2007 e 2008 foram um período em que o índice de construção teve algum significado no nosso concelho. Muito desses prédios ficaram isentos do pagamento da taxa de IMI, mas essas isenções têm vindo a terminar, daí ser um fator que tem levado a que as receitas nesta rubrica tenham aumentado, não só pelo valor da taxa, mas também porque existem mais famílias a pagar o IMI pelos seus prédios. ----------

-------- Existindo em 2013 uma redução de 0,1%, conforme tinha sido proposto, iria ter um impacto na ordem dos 200.000 euros, no entanto, aquilo que vamos ter de receita é na ordem dos 250.000 euros a mais do que tínhamos orçamentado. ----------

-------- Estes dados são para demonstrar que em nenhum dos casos que referi afetou a performance financeira da Câmara, estamos a falar de 200.000 euros de redução que pode ser verificada com a passagem de 0,7% para 0,6% ou de 0,4% para 0,3%. ----------

-------- Quanto ao cenário que o Senhor Presidente da Câmara apresentou sobre as supostas reduções em termos de receita, se somarmos isto tudo, estamos a falar de um valor na ordem de 1.000.000 euros. Não são estes 200.000 euros que vão certamente colocar em causa ou perturbar a saúde financeira da Câmara Municipal. ----------

-------- Temos de dar sinais que estamos preocupados com as famílias do nosso concelho e não basta só nas eleições invocar palavras bonitas. Nestas alturas, é preciso discutir estas matérias e termos a coragem de as aplicar na prática. Este era um sinal que era importante dar a todas estas famílias. Por um lado, o Município vai perder receitas, por outro lado, não é menos verdade que todas as famílias viram no seu orçamento reduções brutais, daí que também temos de ter preocupações nesse sentido. ----------

-------- Não podemos só olhar para a parte financeira da Câmara Municipal, temos de olhar que a Câmara tem de representar os seus munícipes, pois também eles têm menos dinheiro e estão a pagar mais porque viram os seus prédios reavaliados, porque viram os seus impostos crescer e todas as suas receitas a descerem. ----------

-------- Temos de dar esses sinais, porque é uma oportunidade que o nosso Município tem, graças

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

à sua saúde financeira, de ter uma atenção para com todas as famílias do concelho.----------
--------Não nos venham dizer que uma redução de 200.000 euros vai colocar em causa a performance financeira da Câmara, porque não causa e, se causa, digam quais são os rácios que irão ser afetados ou que vamos deixar de poder comparticipar ou candidatar a projetos de mérito como aconteceu no passado. Se no passado tivéssemos feito reduções, em nenhum dos casos iríamos deixar de poder candidatar àquilo que nos candidatamos. Continuaríamos a pagar o mesmo que pagamos, mas mesmas condições e teríamos dado sinais às famílias deste concelho em relação a este imposto.----------
--------Não foi uma questão financeira, foi uma questão política. Chegou a altura de acabarmos com esses discursos pessimistas de que estes 200.000 euros perturbam a saúde financeira, colocam em causa o pagamento de salários ou a compra de combustíveis. Não é verdade. Não é por este montante. Encontramos rubricas onde podemos compensar perfeitamente estes 200.000 euros. Posso dar alguns exemplos, como já no passado o referi. Chegou a altura de esquecermos um bocadinho as vontades políticas e agirmos mais em função das necessidades das pessoas. Estamos aqui para defender esta casa, mas também as pessoas que representamos.----------
--------O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Em primeiro lugar, quero saudar todos os eleitos da Assembleia Municipal e desejar um bom mandato, independentemente dos partidos que aqui representamos.----------
--------Em relação a este ponto, ouvi com atenção a declaração do Senhor Presidente da Câmara e reparei que houve o cuidado por parte do executivo municipal de atender a dois pontos: Não agravar os impostos, ou seja, manter 0,4% e 0,7%, e ter em atenção as dificuldades pelas quais passam os munícipes do nosso concelho.----------
--------Se efetivamente fossemos agravar estes impostos, à semelhança do que o Governo tem praticado, seria desastroso para todos. ----------
--------Manter as percentagens que vinham sendo praticadas tem a ver com a boa situação financeira do Município e é bom que não se degrade pelos factos aqui apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara, caso contrário, o nosso Município ficava como outros municípios que por aí há e que não vale a pena agora citar, todos sabemos quais são os que têm problemas graves ao nível das suas finanças e estão a debater-se com situações difíceis, alguns pagam aos fornecedores só a mais de um ano de distância da aquisição dos produtos e outros estão sujeitos a intervenções por parte do Governo. ----------
--------Tenho de saudar a Câmara pelo facto de ter conseguido equilibrar estes dois pontos, ou seja, não castigar os munícipes e ao mesmo tempo manter a saúde financeira do Município. ------
--------A redução de impostos que muitos defendem, penso que não seria viável porque as receitas iam ficar comprometidas.----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------Todos sabemos que da parte do Governo, nestes dois últimos anos, tem havido um aumento de impostos, sobretudo do IRC e do IVA. Esta sobrecarga têm-se refletido nas famílias portuguesas e nas empresas e, para além disso, a economia têm-se degradado, o desemprego subiu astronomicamente e não tem havido apoios suficientes nas áreas da saúde e da educação (para não falar de outras áreas), os salários têm-se degradado e as pensões de reforma a mesma coisa. Na minha opinião, tem havido da parte do Governo uma política desastrosa para a sociedade portuguesa. ----------

--------A Câmara não aumentando os impostos consegue fazer trabalho e não castiga as populações do nosso concelho. Na minha opinião, estas percentagens ajustam-se, embora todos gostaríamos de sentir os impostos mais leves, mas dentro da panorâmica que o Senhor Presidente da Câmara explicou não é de todo possível isso vir a acontecer. ----------

--------Vamos votar favoravelmente este ponto que apresenta como percentagens 0,7% e 0,4%. -

--------O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Gostaria de começar por saudar a Mesa e os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e o público presente. ----------

--------Queria também congratular-me e reconhecer ao Senhor Presidente da Assembleia que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Felizmente que, ao fim de quatro anos, conseguimos dignificar novamente o órgão Assembleia Municipal e os Deputados Municipais, não prejudicando as condições do público que está a assistir às sessões. Os Deputados Municipais não se calaram ao longo de quatro anos e agora aqui estamos e espero que continuemos. ----------

--------A posição do PSD em relação aos impostos municipais, nomeadamente ao IMI, é pública e tem sido a mesma ao longo dos últimos anos. Esta posição foi reforçada e amplamente divulgada no nosso programa eleitoral e, também, na reunião de Câmara que aconteceu recentemente. É esta a posição que vamos continuar a defender, porque acreditamos que é a melhor para a população do concelho. ----------

--------Vamos defender de forma intransigente a sustentabilidade do nosso concelho e, sobretudo, a sustentabilidade através da fixação da população, e dando condições à população para viver no nosso concelho. Vejamos.----------

--------No concelho de Coruche, ao contrário dos concelhos vizinhos, segundo os últimos censos, perdeu-se aproximadamente 6,5% da população. Os concelhos de Almeirim, Salvaterra de Magos e Benavente aumentaram a população. ----------

--------Também nos concelhos vizinhos referidos a habitação é mais barata e, segundo os censos, aumentou o número de famílias que se fixaram. É uma situação bem diferente da que se passa no nosso concelho.----------

--------Em Coruche existem condições para se reduzir as taxas de IMI. ----------

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------Como já referimos diversas vezes, o Município tem disponíveis mais de 8.000.000 euros e, repetimos, que tem em disponibilidades mais de 8.000.000 euros.----------

--------De que forma é que um impacto da redução de IMI de 250.000 euros prejudicaria a execução orçamental do Município? Não percebemos este discurso habitual. Pensávamos que com a mudança de executivo houvesse mudança de discurso, mas afinal houve aqui uma leitura do discurso dos últimos anos. Nada mudou neste ponto.----------

--------Alguns municípios do nosso distrito já anunciaram baixas nas taxas de IMI, nomeadamente para combater a desertificação, desertificação essa que, como sabem, nos tem afetado ao longo das últimas décadas e que tínhamos neste momento uma oportunidade de travar e de dar um sinal positivo, mas perdemos essa oportunidade.----------

--------Só a título de exemplo, o concelho de Mação vai fixar as taxas de IMI mais baixas ao nível do país. ----------

--------Atendendo ao IMI cobrado em 2013, perspetivamos para este ano uma receita superior a 1.600.000 euros. Será sem dúvida a receita mais elevada desde que o imposto foi criado.----------

--------A redução das taxas de IMI em uma décima teria um impacto inferior a 250.000 euros nas receitas previsíveis do Município. ----------

--------A receita a cobrar, tendo em conta a receita prevista para 2013, seria em 2014 superior a 1.300.000 euros, valor dentro da média da receita dos últimos anos (como podemos ver no quadro que suporta esta proposta do executivo). Assim, não haveria uma verdadeira perda de receitas para o Município, mas a população sentiria um benefício direto com a redução do seu orçamento familiar. ----------

--------Mais uma vez perguntamos:----------

--------O que é que ficaria em causa na execução orçamental com uma redução de 250.000 euros nas receitas de IMI por parte do Município?----------

--------Por que razão continua a castigar este executivo, e esta maioria, a população do concelho? Como hoje já aqui disse um Deputado do Partido Socialista que está a pagar mais impostos e que tem cortes nos rendimentos.----------

--------Por que razão quer também esta maioria contribuir para este castigo e para este reforço do peso dos impostos sobre a nossa população? ----------

--------Não se entende que não haja esse reforço, se a receita no passado foi de 1.300.000 euros para mais 1.600.000 euros que é previsível. ----------

--------Mais uma vez fica a pergunta: Por que razão quer esta maioria socialista castigar a população do concelho?----------

--------É importante nesta discussão incluir também a questão moral e de solidariedade da Câmara Municipal para com a população do concelho. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- Em 2013 o Município irá bater recorres ao nível da receita de impostos municipais, nomeadamente deste que estamos hoje a tratar. ----------

-------- Enquanto os portugueses, e a população do concelho em particular, passam pelas maiores dificuldades de sempre fruto da atuação do Governo socialista que conduziu Portugal à banca rota e o aumento de receitas dos impostos municipais que tem servido apenas para apoiar os bancos onde as receitas dos nossos impostos são depósitos. Quem é que ganha com esta política? Porque é que os socialistas em Coruche as estão a conduzir? ----------

-------- Os números de pedidos de apoio social têm aumentado drasticamente no concelho, como tem sido referido por alguns presidentes de junta de freguesia nesta Assembleia Municipal. Mas apesar dos presidentes de junta o reclamarem, a maioria socialista na Câmara Municipal continua cega, surda e muda a este apelo e a esta voz que se levanta. ----------

-------- Pelo referido anteriormente, os Deputados Municipais do PSD votarão contra a proposta hoje aqui apresentada e, emanada, da maioria socialista na Câmara Municipal. ----------

-------- Apelamos aos Deputados Municipais da maioria que pensem no concelho e nas dificuldades que a nossa população está a atravessar e se juntem ao PSD nesta posição. ----------

-------- Referimos ainda que o discurso da maioria tem sido sempre o mesmo ao longo dos anos, contudo, as disponibilidades financeiras da autarquia aumentam de ano para ano. ----------

-------- Recordamos que, em 2004, foi esta Assembleia Municipal que reprovou a proposta da maioria do executivo socialista e que obrigou à redução das taxas de IMI que ainda hoje vigoram. ----------

-------- Vamos todos os eleitos votar e voltar a usar esta competência de colocar os interesses da população do concelho acima da politiquice e dos interesses partidários de um único partido, o Partido Socialista e voltar a baixar as taxas de IMI. ----------

-------- Nesse sentido, propomos a redução das taxas de IMI para 0,6 % para os prédios urbanos e 0,3% para os prédios avaliados nos termos do CIMI. ----------

-------- Mais uma vez aqui fica a questão: Por que razão quer esta maioria castigar a população do concelho? ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos pelas zero horas. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a continuação dos trabalhos. ---------

-------- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: É, de facto, importante que a Câmara dê um sinal no sentido de desagravar, de alguma forma, os nossos munícipes que pagam IMI. O que já verificámos é que isso tem que ver com o desagravar deste imposto, que já é tanto. O que está em causa são cerca de 200.000 a 250.000 euros, como já aqui foi explicado. ----------

-------- O Senhor Presidente da Câmara diz que é necessário manter os valores que a Câmara

aprovou, e que agora aqui vão ser também aprovados. Isto para, de alguma maneira, atenuar os cortes que vêm aí e que vão ser impostos pelo Orçamento do Estado, as reduções que são impostas face à nova Lei das Finanças Locais e para manter a sustentabilidade. ----------

-------- Porque é que não há um esforço para desagravarmos o IMI? Se isso significa menos 200.000 a 250.000 euros, onde é que isso pode ser compensado nas despesas da Câmara? ---------

-------- Do meu ponto de vista, a Câmara não está a fazer o esforço que deveria fazer em relação a alguns cortes. Insisto nalguma moralização, porque a avaliar aquilo que tem sido deliberado nestas primeiras reuniões de Câmara, e estamos apenas em início de mandato, por algumas aquisições de serviços, por alguns ajustes diretos, fico com a sensação que não há nenhuma intenção de cortar onde é menos prioritário. Deveria ser feito um esforço nesse sentido e para isso a bancada da CDU está disponível. ----------

-------- Alguns de nós estamos recordados que a CDU apresentou um plano para cortar nas despesas por forma a compensar os cortes feitos pelo então Governo de José Sócrates. O plano tinha cerca de vinte medidas e algumas delas, mais à frente, a Câmara Municipal veio a adotar. ---------

-------- Por que não fazer-se um novo exercício voltado para alguma contenção e uma maior racionalização dos recursos em matérias que não são prioritárias e que eu até direi que são supérfluas? ----------

-------- Estou curioso para ver os novos documentos de gestão para 2014. Qual vai ser o planeamento? ----------

-------- É importante, para haver estabilidade financeira, que haja um esforço no sentido de cortar nos gastos supérfluos. Podia dar aqui "n" exemplos, mas sabem do que é que eu estou a falar. ----

-------- Como é óbvio, a bancada da CDU votará contra esta proposta. E pena é, como já aqui foi dito, que os Deputados do PS, só por uma questão de disciplina partidária, vão votar a favor. -----

-------- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Sendo a minha primeira intervenção não podia deixar de cumprimentar a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e todos os Deputados Municipais na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e, ainda, o público presente. Faço também votos para que este mandato continue a dignificar este órgão que é, de facto, o órgão máximo do nosso concelho. ----------

-------- Em relação a esta matéria das taxas de IMI, ouvi aqui uma série de inverdades e pretendia repor a verdade dos factos. ----------

-------- A Câmara Municipal de Coruche aprovou manter as taxas de IMI em 0,4% para os prédios avaliados nos termos do CIMI e 0,7% para os prédios urbanos, poupando, desta forma, os munícipes a um novo aumento da carga fiscal para o ano de 2014. ----------

-------- Recorde-se que os valores máximos fixados pelo Governo estariam em 0,5% para imóveis reavaliados ou transacionados a partir de 2004 e 0,8% para os que não sofrem essa reava-

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

liação. ----------
-------- A decisão de não aumentar os valores de IMI em relação ao ano anterior prende-se com o facto de o Município de Coruche ter uma boa situação financeira e não ter tido necessidade de recorrer ao PAEL, que entre outras medidas cerceia a autonomia dos municípios de puderem fixar de acordo com a realidade os valores de IMI para o próximo ano. ----------
-------- É pois de todo falso que a autarquia tenha as taxas máximas de IMI, felizmente temos a autonomia de decidir o valor a aplicar de acordo com a importância deste imposto para o nosso concelho, enquanto outros municípios, por terem tido uma má gestão financeira, não tiveram essa autonomia e têm agora as taxas máximas, ou seja, 0,5% e 0,8%. ----------
-------- Mantemos os valores da mesma forma que o fizemos no ano anterior, à semelhança de outros concelhos da nossa esquerda para a nossa direita, como é o caso de Benavente (governado pela CDU) que tem exatamente a mesma taxa que Coruche, ou Rio Maior (governado pelo PSD) que também tem a mesma taxa ou Santarém que tem as taxas máximas de 0,5% e 0,8%.----------
-------- Numa altura em que os municípios são alvo de um duro ataque por parte do Governo, e que de acordo com o Orçamento do Estado para 2014 assistimos mais uma vez à contínua degradação dos meios financeiros de que os Municípios disporão para acorrer os cidadãos nesta espiral recessiva de degradação económica e social. ----------
-------- É sabido que as receitas municipais têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos. Em 2013 as autarquias receberam do OE um valor idêntico ao que fora transferido em 2005. -----
-------- Ora, se existe uma cada vez maior degradação da situação financeira dos Municípios, com redução das receitas provenientes do OE e com o decréscimo das cobranças dos impostos municipais, será cada vez mais difícil as autarquias exercerem com autonomia e eficácia o serviço público às populações. ----------
-------- Mas mostra também que para este Governo um dos principais alvos são as autarquias. ----
-------- Sabemos, também, que com este Orçamento do Estado os Municípios irão receber menos 70.000.000 euros no que se refere às transferências do Orçamento de Estado, e que no caso concreto do Município de Coruche a receita a obter no seu conjunto em termos de OE representa um corte de 4,28%, ou seja, menos 426.000 euros na receita do Município face ao ano anterior. ------
-------- É também sabido que as receitas decorrentes dos impostos municipais têm diminuído, em particular no que se refere ao IMT e à Derrama. ----------
-------- E que a nossa receita do IMI em relação ao ano de 2011, 2012 e até ao momento, em 2013, não subiu. ----------
-------- Acresce a este facto que, agora e por diretriz do Governo, 1% das receitas de IMI são transferidas para as freguesias, o que naturalmente e em termos líquidos, como o Senhor Presidente há pouco referiu, representa uma menor receita para a autarquia. ----------

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- Caros Deputados,----------

-------- Entende o Grupo Municipal do PS que a maioria na Câmara Municipal, mais uma, vez foi coerente na manutenção das taxas de IMI em 0,4% e 0,7%, pois sabemos que a melhor forma de planear o futuro é prevê-lo!----------

-------- A melhor forma de proteger os munícipes é fazer uma gestão rigorosa do dinheiro que é de todos. E bem assim manter a sustentabilidade financeira do Município, que como se viu pelas medidas que o Governo pretende levar a cabo em 2014, será difícil gerir a autarquia, nomeadamente no que se refere às despesas correntes. ----------

-------- Recordamos, embora alguns gostem de esquecer aqui que apoiar as famílias não é através de impostos que protegem o património, apoiar as famílias é o que a Câmara de Coruche com o executivo socialista tem feito, através da redução da comparticipação de IRS (devolvemos 2% às famílias, e somos o único concelho do distrito a ter uma comparticipação de 3% quando as autarquias podem absorver 5% desse valor) e apoiando as empresas com a redução da taxa de derrama! ----------

-------- Apoiar as famílias é o que a autarquia fez, e continua a fazer, reforçando os programas de apoio social.----------

-------- Manter os valores de IMI em 0,4% e 0,7% permite que o Município de Coruche continue a apoiar as coletividades e IPSS's do concelho. Note-se, e também é bom lembrar, que a autarquia apoiou obras de grande relevância social como a Unidade de Cuidados Continuados (cerca de 500.000 euros), o Lar da Lamarosa (cerca de 120.000 euros), o Centro de Reabilitação do CRIC (cerca de 50.000 euros), tal como apoiou importantes equipamentos como o Centro de Dia da Fajarda. Mas permite sobretudo afetar as receitas do imposto (que diga-se é um imposto sobre o património) a quem mais precisa e está numa condição de fragilidade derivado das medidas de austeridade implementadas cegamente por este Governo, nomeadamente através do apoio aos jovens (ainda hoje atribuímos 20 Bolsas de Estudo que aqui foram assinadas nesta Sala de Sessões), Programa Casas com Gente, Programa de Apoio ao Conforto Habitacional, passe social, Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos (medida implementada pelo Município para responder, de forma criteriosa, aos munícipes carenciados que diariamente recorrem à autarquia). ----------

-------- Quando o Governo se demite da sua missão social, o Município define que as pessoas estão primeiro! Mas para que tal seja possível o primeiro passo é a sustentabilidade financeira.---

-------- Reforça-se ainda que nas receitas de IMI deste ano, como o Senhor Presidente já teve oportunidade de referir, 5% do valor cobrado foi retido pelo Estado para efeitos de despesas de reavaliação, o que se trata de uma medida injusta, abusiva e discricionária.----------

-------- O Estado cobrando 5% consegue não só pagar as despesas inerentes às reavaliações como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

auto financiar-se. ----------

-------- Achamos curioso o PSD considerar aqui que os valores aplicados pela autarquia são injustos, mas a nível nacional recusaram, em sede de Orçamento, as propostas do PS, nomeadamente de eliminação das isenções em IMI e IMT dos Fundos de Investimento Imobiliário, a alteração do regime de dupla tributação das SGPS, que tem poupado milhões de euros aos grupos económicos, e ainda a taxa sobre as PPP, proposta que a maioria do Governo rejeitou no ano transato, invocando uma renegociação, que afinal se conclui que aumentou em 19% os encargos para o Estado das PPP no período 2014/2018.----------

-------- Mais, em sede de Orçamento o PSD não aceitou a proposta do Partido Socialista de "manutenção da cláusula de salvaguarda do IMI" para o próximo ano, o que, de facto, iria ajudar as famílias que não têm culpa desta medida tomada pelo Governo em matéria de reavaliações. ------

-------- Desta forma, entende o Partido Socialista, ainda que alguns não gostem de ouvir, que entre ajudar os proprietários, que em caso de carência estão protegidos pelo CIMI com as isenções, e ajudar aqueles que o Estado se demitiu de ajudar, o executivo não tem dúvidas e opta por uma política de desenvolvimento integrado que promova a integração e coesão social, numa lógica de redistribuição e que, como é público, tem permitido não só manter uma boa situação financeira, mas também realizar investimentos em todas as áreas.----------

-------- Por tudo isto, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a proposta do executivo de manter a taxa de IMI em 0,4% e 0,7% para o ano de 2014, porque nós não temos dois pesos e duas medidas, somos coerentes. ----------

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Penso que neste discurso da Deputada Mara Coelho, efetivamente, só faltou falar no açude insuflável. Isto é a cassete. ----------

-------- Fiz esta consideração à Mesa porque acho que é justa. Quem quiser que reflita. ----------

-------- Queria recordar aqui um colega de trabalho que me dizia muitas vezes uma frase que eu não entendia, que é o Senhor António Lima, e dizia assim: "Ó Rui, há razões que por vezes a própria razão desconhece." ----------

-------- Acho que se aplica totalmente a esta primeira sessão da Assembleia Municipal. Há muitas coisas que estão a mudar, surpreendentemente, nesta primeira sessão.----------

-------- Primeiro, voltamos aos Paços do Concelho, coisa que durante quatro anos não foi possível. ----------

-------- Segundo, o anterior executivo, ao qual o atual Presidente da Câmara pertencia, negava e fazia finca-pé que se pudesse baixar as taxas de IMI. Hoje, o Senhor Presidente da Câmara diz que vamos avaliar, talvez para o ano se possa. ----------

-------- Há, realmente, uma mudança qualitativa que não sei de onde é que surge, mas considero que é importante, pode ser que daqui para a frente a maioria do PS no executivo comece a acei-

tar, de bom grado, mais propostas da CDU, ao contrário do que costumava acontecer. ----------

--------Acho que não podemos ter só meias verdades. Quando falamos na redução das transferências diretas do Estado para as Câmaras Municipais também é uma meia verdade que isso só se passe agora. Recordo que começou com os Governos do Partido Socialista de José Sócrates, onde a autarquia depois começou por reduzir as transferências para as juntas de freguesia, para as coletividades, etc.. A situação tem-se arrastado, é caso para dizer "um mata", no caso do PS, e neste caso o PSD/CDS que estão "a esfolar". No nosso entender, não deve ser assim. ----------

--------Não foi aqui dito outra coisa que também é importante ter em conta. Não é esta questão do IMI que alguma vez levou as autarquias a terem maus resultados financeiros. Não foi só isso. É mentira. Foi isso que se passou nas câmaras municipais de Santarém, de Tomar, de Alpiarça? Não foi. Isso é totalmente demagógico. ----------

--------Dizer que a Deputada Mara Coelho colocou aqui uma questão que também não é propriamente como ela disse - de que é uma obrigação dos executivos municipais fazerem uma gestão rigorosa. O que deve ser extraordinário é o recurso ao PAEL, não o contrário. ----------

--------Quanto à questão em si, da taxa do IMI, o Senhor Deputado Municipal Joaquim Serrão fez aqui um panorama social do país e do concelho, poupo-nos muitas palavras. Acho que fez um retrato fiel, mas este retrato fiel realmente tem de ser acompanhado por medidas políticas. Não adianta estar a atirar para cima, que a culpa é do Governo, que o Governo é mau, e depois nós, na nossa política local, não atuarmos em conformidade. ----------

--------Lembro-me que no anterior mandato, no último ano, quando discutimos esta taxa de IMI, também o anterior Presidente da Câmara garantiu que o concelho de Coruche iria receber menos verbas provenientes do IMI. A realidade é esta Senhores Deputados, a realidade é que a generalidade dos coruchenses que paga IMI paga mais imposto e é isto que sente no seu dia-a-dia. O concelho pode receber menos, mas com todas as dificuldades que os coruchenses já têm, veem essas dificuldades ainda mais agravadas porque estão a pagar mais IMI. Nesse sentido, a CDU propõe que a taxa de IMI possa ser reduzida. ----------

--------Senhores Deputados, é importante que o apoio seja dado à generalidade das famílias mais desfavorecidas e nada melhor que a redução das taxas do IMI para dar esse apoio. ----------

--------Este discurso que os 250.000 euros podem ser significativos, não é correto. Não é verdadeiro. Vejamos. ----------

--------Já em 2009, o Senhor Secretário Nelson Galvão referia, em relação à opção gestionária, que o montante era de 150.000 euros e que iriam fazer falta ao Município. Hoje temos o Município com uma boa situação financeira e esses 150.000 euros a mais fazem falta nos vencimentos dos trabalhadores. ----------

--------Não é por 200.000 ou 250.000 euros, é um apoio real que seria dado às famílias. ----------

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- Acho que se contabilizarmos certas atividade supérfluas que a Câmara faz, se calhar em seis meses conseguiríamos poupar 200.000 a 250.000 euros. Só dou uma pista, já não temos o comboio, mas tivemos o comboio e os dinheiros para as novelas que poderiam ter sido poupados para as taxas de IMI.----------

-------- Não são só as câmaras municipais, mas também as empresas intermunicipais que devem dar este sinal às famílias. Vejo aqui um jarro muito bonito da Águas do Ribatejo. Era bom que também este ano a Águas do Ribatejo tomasse uma atitude política no sentido das tarifas não aumentarem tanto, porque, efetivamente, a generalidade das pessoas vive hoje muito pior do que vivia há um ano ou dois atrás. Quem está a desempenhar tarefas públicas deve tentar minimizar verdadeiras situações de miséria que se vivem, neste momento, também no concelho de Coruche.

-------- O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Bem-vindos aqueles que chegaram para este mandato.----------

-------- O Deputado Rui Aldeano acabou de falar na novela, mas nós estamos aqui a assistir a uma novela que há cerca de um mês decorreu e que foi as eleições. No entanto, dá a impressão, ouvindo tanto os Deputados do meu lado direito como do meu lado esquerdo, que não se passou nada.----------

-------- Os Deputados terão a consciência que estão a convencer outros Deputados que foram eleitos maioritariamente pelo povo de Coruche. Dá a impressão que vocês estão aqui a passar um atestado de estupidez, no mínimo de masoquismo, ao povo de Coruche. O povo de Coruche não é masoquista, não vota para ser penalizado e castigado. Nós fizemos uma campanha limpa, limpinha, portanto, não fizemos promessas de IMI e de outras coisas mais do que estamos a falar aqui agora. Os senhores vêm para aqui como se nada tivesse acontecido, as eleições foram há um mês atrás e nós fomos eleitos.----------

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano salientou: Nós também fomos eleitos.----------

-------- O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: É evidente, mas a maioria está aqui, o povo coruchense votou maioritariamente nas nossas propostas, nas nossas promessas. ----------

-------- É só o que eu tenho a dizer, por favor não passem atestados de estupidez ao povo. O povo é quem manda e mais ordena nos momentos precisos que são as eleições. ----------

-------- Duas referências às afirmações do Deputado Valter Jerónimo. Quando citou números de 2010 e 2011, queria recordar que, no mandato anterior, por exemplo em 2012, se a Câmara tivesse tido oportunidade de baixar as taxas do IMI o que é que não diria a bancada da CDU porque era ano de eleições. Se o fizéssemos éramos acusados de eleitoralistas.----------

-------- É só para dizer que a quem gere é muito mais difícil do que estar a falar de fora. Dizer que 200.000 euros para mim são uma fortuna. ----------

-------- O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Queria fazer uma pergunta.----------

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- Acho que os Deputados Municipais devem ser coerentes naquilo que dizem. Foi aqui referido que este executivo devolveu 2% do IRS às famílias. Que eu saiba, esta medida foi aprovada em dezembro do ano passado e só terá efeitos em maio/junho de 2014, que é quando é feito o acerto do IRS. Se as famílias do concelho estivessem há espera de 2% para viver, era a desgraça da nossa população. Quando é que foi devolvido os 2%?----------

-------- O Presidente da Assembleia salientou: A Mesa não vai responder a isso. Foi um subterfúgio para fazer essa questão.----------

-------- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Eu ainda não senti esses 2%. ----------

-------- O Presidente da Assembleia referiu: Posta que foi esta discussão, quem tem de gerir a casa tem de tomar opções, quem está a gerir está a fazer opções. Quem não tem essa responsabilidade de gerir terá outras opções, mas se estivesse cá teria as mesmas opções. ----------

-------- Perante o que foi afirmado, vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer. A seguir não há mais intervenções das bancadas e passamos à votação.----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Foram ditas aqui muitas coisas, apresentados números e propostas, mas esqueceram-se de ter em consideração o 1% que vai para as juntas de freguesia, que a somar a esses supostos números que foram aqui lançados e que não sabemos quanto é que representaria a taxa com a redução de um valor percentual (se são 200.000, 250.000, 300.000 ou 400.000 euros). É um facto que as receitas são muito menores face a estas circunstâncias que eu referi. ----------

-------- A nossa população está, de facto, sobrecarregada com uma carga fiscal imposta pelo Governo. Esta maioria PSD/CDS impõe uma carga brutal às famílias, às empresas e aos municípios. - ----------

-------- Naquilo que são as transferências, seria um pouco falta de cautela estar aqui a tomar outras medidas e a propor valores mais baixos. ----------

-------- Eu próprio disse que seria muito mais confortável estar aqui hoje a propor valores de IMI mais baixos para o concelho de Coruche. Neste momento, não temos condições de o fazer face àquilo que são os valores previsionais. ----------

-------- Costuma-se muito comparar aquilo que são os valores praticados nos municípios. Por exemplo, olhando aqui ao lado, se falarmos do Município de Benavente que tem os mesmos valores praticados no ano de 2013 e que tem uma receita do ano de 2012 de 3.870.000 euros e o Município de Coruche tem uma receita de 1.135.000 euros até ao momento. Estamos a falar de um concelho ao lado, cuja gestão é da CDU. Estamos a falar de Deputados da CDU que propõem para o Município de Coruche o abaixamento destas receitas com um valor de menos de metade do que recebe o Município de Benavente.----------

-------- Se falarmos do Município de Almeirim, relativamente ao ano de 2012, teve uma receita

de 1.688.000 euros e se falarmos do Município de Rio Maior tem um valor de receita de IMI de 1.900.000 euros, cujas taxas são exatamente as mesmas praticadas no Município de Coruche. ----

-------- Há aqui dois lados: Quem está do lado da governação, preocupa-se com a necessidade de gerir bem os seus concelhos, gerir bem os seus territórios para servir bem as pessoas, para criar infraestruturas, para criar programas de apoio social. Quem está do outro lado, preocupa-se que os municípios possam reduzir essas taxas de IMI para que em termos daquilo que é o discurso, ter uma boa imagem para as nossas populações. ----------

-------- Para combater aquilo que é a necessidade social ou para ajudar aquilo que são estas medidas gravosas que este Governo tem com as famílias, a Câmara Municipal de Coruche tem essa preocupação, não só com as famílias, mas também com as empresas e já foi aqui falado na questão do abaixamento dos valores do IRS, mas não foi falado na questão da derrama, para ajudar as empresas a fazer face aos encargos fiscais que têm de suportar. ----------

-------- Ou falar naquilo que são os Programas de Melhoria do Conforto Habitacional para ajudar as famílias na recuperação das suas habitações, na reconstrução de uma casa de banho, na colocação de janelas ou da cobertura. ----------

-------- Ou falar no Programa Casas com Gente que agora estendemos também às sete áreas de reabilitação urbana. Este programa permite que as famílias jovens, ou menos jovens, possam candidatar-se e ter uma ajuda para pagar a renda da casa e que vai até 150.000 euros. Estas são medidas sociais, são medidas concretas de apoio às famílias. ----------

-------- Ou falar do Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em que vêm consecutivamente à Câmara pedidos de apoio para diversas áreas, desde o pagamento de medicamentos, transporte escolar, ginástica ou hidroterapia. Estas são medidas de apoio social a quem, de facto, não tem condições, a quem tem uma sobrecarga, a quem tem impostos a pagar. A Câmara substitui-se ao Governo nestas medidas de apoio social. ----------

-------- Também as Bolsas de Estudo, 20 criadas pelo Município de Coruche, ainda hoje assinámos aqui com os nossos jovens, e mais 16 da empresa NEOEN, no âmbito daquilo que é a sua ajuda social para estudantes do concelho. Somos um dos municípios que mais Bolsas de Estudo tem para ajudar os nossos jovens. Estas não são medidas de apoio social aos nossos jovens? ------

-------- Fala-se muito nestas questões, mas depois é preciso que quem está deste lado tenha condições de fazer a gestão do Município e fazer a gestão significa gerir bem as nossas verbas, significa contenção e cumprirmos com aquilo que é a nossa despesa para termos rigor no que são os nossos gastos. Mas significa também termos em conta aquilo que são as nossas receitas para que elas não ponham em causa a sustentabilidade do Município e aquilo que são as despesas correntes. ----------

-------- Meus amigos, como eu disse no início, era, de facto, mais confortável o Presidente da

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

Câmara estar agora a propor outros valores e, se calhar, todos saíamos em boa harmonia e, se calhar, se no próximo ano baixarmos outra vez e viermos a perceber que a nossa receita não baixou 300.000 ou 400.000 euros mas podia baixar 600.000 euros e depois tínhamos a coragem de propor o aumento da taxa de IMI? Eu não tinha essa coragem. Como não tenho hoje a coragem de propor aqui o abaixamento sem dados concretos do que serão as receitas do ano de 2013.------

--------Estas dificuldades que estão hoje a viver as famílias não são responsabilidade dos municípios. Os municípios foram aqueles que mais contribuíram para o desenvolvimento do território, foram aqueles que mais investiram, contrariamente àquilo que têm sido as políticas deste Governo em termos de investimento (não há hoje uma única obra a decorrer no nosso país).----------

--------As obras que existem são promovidas pelas autarquias locais, por aquelas que têm a tal capacidade financeira, que têm a possibilidade de ir aos fundos comunitários buscar o dinheiro para fazer obras e que têm também a contrapartida daquilo que é a conta nacional para fazer face a esses investimentos. São essas autarquias que têm hoje saúde financeira e que continuam a investir, apesar dos cortes anunciados no próximo Orçamento do Estado. Com todas estas dificuldades acrescidas, sabemos que temos de estar preparados para fazer face a estas dificuldades sociais que se avizinham. Se tivermos uma boa situação financeira, com toda a certeza que podemos ajudar as nossas populações. Se não a tivermos vêm-nos bater à porta e nós fechamos a porta na cara. Não é isso que eu quero para o meu concelho, não é isso que eu quero na gestão do Município. Quero estar disponível sempre que existam condições, e para existirem essas condições é preciso manter esta boa situação financeira e a sustentabilidade do nosso Município, para ajudar aqueles que têm mais dificuldades. ----------

--------O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Catorze. ----------

--------A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor do PS e dez votos contra (sete da CDU e três do PSD), fixar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2014 pelas seguintes percentagens: ----------

--------0,7% para os prédios urbanos.----------

--------0,4% para os prédios avaliados nos termos do C.I.M.I. ----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

--------O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto: -------

--------"Lamento não termos conseguido reduzir os encargos das nossas famílias que bem precisavam deste sinal por parte do Município, tal como esta Assembleia Municipal fez em 2009. -----

--------Ao contrário dos municípios referidos pelo Senhor Presidente da Câmara, Benavente, Almeirim e Rio Maior, onde a população cresce, década após década, logo têm as taxas de IMI de 0,7% e 0,4%, Coruche está a ser desertificado por esta maioria e por esta política que se mantém cega, surda e muda aos apelos até dos presidentes das juntas de freguesia.----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- Por estas razões votei contra a proposta da maioria socialista".----------

-------- **PONTO QUINZE - CANDIDATURA APROVADA PELO POPH - PROGRAMA OPERACIONAL DE POTENCIAL HUMANO - FORMAÇÃO AÇÃO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CELEBRAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-** Foi presente o ofício n.º 7272, de 11 de novembro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, solicitando, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para a celebração de compromissos plurianuais para a realização da "Formação Ação", no valor de 43.491,08 €, a repartir pelos anos de 2013 e 2014, conforme sua deliberação de 6 de novembro de 2013, que fica a fazer parte integrante da presente ata. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quinze por parte do Presidente da Câmara.----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma candidatura ao Programa Operacional de Potencial Humano e que tem a ver com a qualificação profissional na Administração Local. --

-------- É um programa de financiamento a 100%, mas tendo em conta que decorre em dois anos económicos, é necessário autorização por parte da Assembleia Municipal para a celebração destes compromissos plurianuais. ----------

-------- Estamos a falar de um valor de 43.491 euros, repartidos pelos anos de 2013 e 2014, para a formação profissional dos nossos funcionários. ----------

-------- Não significa que esta verba seja toda empregue, significa que a candidatura foi aprovada e à partida, naquilo que for possível, faremos a gestão desta verba na formação profissional dos nossos funcionários. ----------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quinze.----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de compromissos plurianuais para a realização da "Formação Ação", no valor de 43.491,08 €, a repartir pelos anos de 2013 e 2014. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

-------- **PONTO DEZASSEIS - CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS ESTÁGIO EMPREGO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CELEBRAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-** Foi presente o ofício n.º 7273, de 11 de novembro de 2013, da Câmara Municipal de Coruche, solicitando, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para a celebração de compromissos plurianuais para a realização de estágios emprego no âmbito da Portaria 204-B/2013, no valor de 75.855,17 € a repartir pelos anos de 2013 e 2014, conforme sua deliberação de 6 de novembro de 2013, a qual fica a fazer parte

integrante da presente ata. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dezasseis por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver também com a mesma circunstância, por decorrer em dois anos económicos é necessário a aprovação da Assembleia Municipal para a realização de compromissos no valor de 75 mil euros para estágios emprego. ----------

-------- Fizemos uma candidatura ao Centro de Emprego para estágios profissionais na Câmara Municipal, ou seja, estamos a falar de 7 candidaturas para jovens licenciados que irão fazer um estágio durante 1 ano, o que representa um encargo de 75.000 euros. ----------

-------- Ainda que haja um financiamento por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, temos de fazer a cabimentação para dois anos económicos. ----------

-------- Está previsto que os estágios decorram de 1 de dezembro de 2013 até 30 de novembro de 2014, em função dos pedidos que apresentámos ao Centro de Emprego. ----------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dezasseis. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de compromissos plurianuais para a realização de estágios emprego no âmbito da Portaria 204-B2013, no valor de 75.855,17 €, a repartir pelos anos de 2013 e 2014. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO DEZASSETE - PROPOSTA DA MESA DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE O PONTO DE SITUAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CORUCHE:** ----------

-------- O Presidente da Assembleia referiu: Este ponto foi agendado pela Mesa e tem a ver com algumas dúvidas existentes em relação ao Plano Diretor Municipal. ----------

-------- Possivelmente, durante a campanha eleitoral, todos ouvimos reclamações dos munícipes.

-------- Dada a aridez desta matéria, a Mesa entendeu por bem solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que nos fizesse o ponto da situação da revisão do Plano Diretor Municipal. ----------

-------- Temos a sensibilidade que as leis que têm sido publicadas nos últimos anos têm trazido constrangimentos que agora ainda vão ser mais agravados com a Lei de Bases da Política de Solos e do Ordenamento do Território. Não sei em que ponto pode ser mais penalizante do que aquela que existia. ----------

-------- Há aqui uma coisa que me desperta numa primeira análise, que estes planos passam a ser intermunicipais e que deixam de ser aprovados pela Assembleia Municipal para passarem a ser aprovados pela Assembleia Intermunicipal. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- O Senhor Presidente da Câmara vai tentar dar uma explicação porque, de facto, não está fácil. Se estas questões do território têm uma vantagem, que é a concentração, também têm outra desvantagem, pode não ser de imediato, mas vai tê-lo a médio e longo prazo, que é o abandono do território, porque depois dos velhos morrerem ninguém vai para lá, uma vez que não se deixa construir.----------

-------- Vou passar a palavra ao Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Vou dar alguns esclarecimentos e depois, com o apoio dos nossos técnicos, será feita uma apresentação sobre o ponto da situação do PDM. ----------

-------- É fácil colocarmos em causa o tempo que demora a executar o PDM. Estamos a falar da assinatura de um contrato de 2004 para a sua revisão. Todos estranhamos um pouco porque demora tanto tempo. ----------

-------- Estamos a falar de um plano de ordenamento do território que se submete a outros planos regionais e nacionais. Logo aí entronca alguma dificuldade com a compatibilização daquilo que está no PDM com estes planos de ordenamento do território.----------

-------- Têm sido publicadas uma série de normativas legislativas que fizeram com que se alterasse o que tinha sido a fase contratual inicial. Desde os planos estratégicos, à carta de ruído, enfim, uma série de exigências que têm sido solicitadas como um acréscimo à revisão do PDM. Por outro lado, um desentendimento relativamente à CCDR e à APA naquilo que é a área da REN. -----

-------- Já submetemos à CCDR a aprovação da carta da REN, sendo que há uma discordância em termos do que são as zonas de delimitação da REN para o concelho de Coruche entre estas duas entidades (a APA e a CCDR). ----------

-------- Cerca de 90% do nosso concelho está em área de REN, logo causa alguma complexidade naquilo que é a revisão do nosso PDM.----------

-------- Este período que foi decorrendo foi um período que teve a ver com a realização de mais algum trabalho. Foi feito um contrato com a empresa Vasco da Cunha que foi desenvolvendo trabalho em relação àquilo que eram as áreas das freguesias. ----------

-------- Este contrato com a empresa Vasco da Cunha cessou, por rescisão com a empresa, em 2012. ----------

-------- Uma vez que não havia possibilidade de dar resposta em termos daquilo que era a conclusão do PDM, também estas empresas tiveram dificuldades em sobreviver porque estavam a contar com a realização dos PDM e com o recebimento pelo trabalho realizado, ou seja, não houve possibilidade técnica de os desenvolver e estas equipas acabaram por se desmantelar e algumas chegaram a abrir falência.----------

-------- O facto de não termos a revisão do PDM aprovada, não condicionou o desenvolvimento do nosso território e do concelho. As nossas Zonas Industriais estão perfeitamente definidas e

aprovadas em termos de PDM e em planos específicos. Também em termos daquilo que é o desenvolvimento turístico, estão definidas e aprovadas estas mesmas cartas e os mesmos planos de urbanização no que diz respeito à Herdade dos Fidalgos e à Herdade da Agolada de Cima. Não há aqui qualquer limitação. Por outro lado, continuamos a fazer as alterações ao PDM em regime simplificado que derivam de erros cartográficos e que temos competência para aprovar. ----------

--------Os condicionantes do nosso PDM que trazem um transtorno têm a ver com situações específicas e pontuais em termos de índices de construção e naquilo que são as necessidades de algumas pessoas. Por exemplo, uma família que tem um terreno e o pai quer fazer uma casa para o filho e que é condicionada. ----------

--------Este critério da lei de bases para estas políticas de utilização do solo vão ser alteradas, vão ser mais penalizadoras relativamente à construção, passa pela alteração daquilo que é o conceito da utilização do solo, isto é, solos de expansão urbana, que são solos que podem ser urbanizados. Neste novo conceito da lei prevê-se que esta denominação seja suprimida e passem a existir solos rústicos e solos urbanos. Isto teve a ver com a especulação imobiliária. ----------

--------Relativamente àquilo que são os novos conceitos, assentam muito na reabilitação urbana e no edificado e, portanto, vão restringir, de certa forma, a construção. Ou seja, cumprindo esta lei de bases dos solos o que vamos ter é mais condicionantes à construção e menos disponibilidade em termos de áreas urbanizáveis ou de áreas para construir.----------

--------Percebe-se que isto tem um pouco a ver com a nossa economia e com o estado da construção civil e, ainda, com a evolução que estas coisas têm. Neste momento, é pouco provável que haja desenvolvimento em termos da evolução da edificação, de loteamentos e da construção de edifícios. Há uma aposta clara em termos da reabilitação urbana e na concentração das áreas já edificadas, tendo em conta o aproveitamento de infraestruturas já existentes.----------

--------Para resumir, em relação às condicionantes da revisão do PDM tem tudo a ver com estas alterações legislativas que não nos têm permitido fazer aprovar as cartas da REN e têm exigido que sejam feitos outros trabalhos, nomeadamente outros planos para fazer a concertação com os PDM. Por outro lado, os planos de ordenamento do território têm imposto alterações às revisões do PDM que nós estamos a fazer. ----------

--------Enquanto não houver uma definição da lei da REN, e da lei da utilização de solos, as equipas não podem dar desenvolvimento a este trabalho no sentido de apresentar as plantas necessárias devidamente ponderadas naquilo que é a utilização dos solos nas diversas áreas. Onde até ao momento existia a possibilidade de haver uma faixa urbanizável deixa de haver essa faixa urbanizável e passa a haver solo com características rústicas e solo com características urbanas, o que veio dificultar ainda mais aquilo que pretendíamos relativamente a esta questão da urbanização e da edificação. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

-------- Seguidamente o Chefe da Divisão de Administração Urbanística, Arq.º Luís Marques, e a Diretora da Direção do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana, Dr.ª Patrícia Moreira, irão fazer uma apresentação sobre o ponto de situação da revisão do PDM.----------

-------- Por parte dos técnicos municipais foi apresentado um pequeno historial sobre o que tem sido o trabalho de revisão do PDM desde 2003.----------

-------- Havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em colocar algumas questões aos técnicos municipais, o Presidente da Assembleia passou-lhes a palavra.----------

-------- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Gostaria de perguntar, na perspetiva dos técnicos municipais, o seguinte: ----------

-------- Quando se iniciou todo este processo em 2003, qual era o tempo normal para a concretização da revisão do PDM? Em que altura deveria ter terminado?----------

-------- Foi referido na apresentação que o Mapa de Ruído, elaborado em conjunto pela CIMLT e pela Câmara Municipal, só foi concluído no final de 2011. Não foi uma condicionante também para a conclusão do processo mais cedo? ----------

-------- Esta legislação que foi surgindo foi condicionando e foi atrasando o processo? Porque é que esta legislação não foi anterior e obrigou a que se arrastasse estes anos todos o processo? ----

-------- Se não há aqui alguma responsabilidade ou atraso, e não estamos aqui para apurar responsabilidade, por parte da autarquia e dos seus parceiros, por exemplo em relação ao Mapa de Ruído e a outros trabalhos necessários à elaboração e à conclusão de todo o processo?----------

-------- Se no nosso caso específico, e já se falou da lei de 2012, que veio atrasar e condicionar todo o processo, se não houve condições para antes de 2012, e antes desta nova lei, temos concluído o processo? ----------

-------- O Arq.º Luís Marques referiu: Quanto à execução do PDM não existe propriamente um tempo normal. Existiriam expectativas e eu diria que em 2003, quando se iniciou o processo, já tínhamos a experiência do anterior plano, que levou 10 anos a ser executado. A expectativa seria correr um bocadinho melhor, se calhar 7 ou 8 anos, mas nunca antes desse tempo.----------

-------- Relativamente ao Mapa de Ruído, após a legislação, de imediato, se começou a trabalhar, mas é um trabalho que exige algum tempo de execução. Não houve atrasos consideráveis. --------

-------- A Dr.ª Patrícia Moreira referiu: O que atrasou foi a REN ter sido publicada em 2012 e ainda se diz que vai ser revista novamente. ----------

-------- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: É isso que eu não percebo. Se a perspetiva era 7 ou 8 anos, como é que a legislação de 2012 condiciona um trabalho que devia estar concluído?----------

-------- A Dr.ª Patrícia Moreira afirmou: Em 2006, quando entregámos uma primeira versão da REN na CCDR, que é o tempo correto, a partir daí a CCDR suspendeu o processo para esperar-

mos pelas novas orientações. Portanto, orientações essas que a CCDR vai fazendo, mas quando saem as orientações nacionais são diferentes das orientações regionais e os que tinham avançado tiveram que estar a refazer as coisas.----------

--------Dou um exemplo, acho que era importante transmitir isto para não se pensar que o planeamento é esta desgraça do PDM. A Câmara Municipal de Coruche tem planos de pormenor que normalmente são muito complicados de executar, porque mexem com muitos proprietários e que, nalgumas câmaras, demoram 7 e 8 anos a elaborar, e muitos nem sequer são publicados. Nós temos planos de pormenor que se elaboram no prazo de 3 e 4 anos, que é o tempo normal. Considerando as desafetações que houve de reservas ecológicas, temos em Coruche referências de planeamento com muito bom resultado. ----------

--------Se tivéssemos só esta realidade era muito triste, mas em Coruche temos essa outra parte dos planos de pormenor, planos de urbanização e alterações ao PDM que vamos fazendo para responder aos proprietários. ----------

--------O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Senhor Presidente, se há dúvidas que se faça um requerimento à Mesa. Os técnicos municipais explicaram o melhor que podiam.----------

--------Há o adiantar da hora e a Mesa já prolongou os trabalhos. ----------

--------O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Estamos a brincar. Então não se agendem os pontos se não se pode falar em relação aos mesmos.----------

--------O Presidente da Assembleia salientou: A última pergunta é do Deputado Municipal Gonçalo Dias.----------

--------O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: Se eu não posso fazer uma pergunta técnica então não havia uma exposição sobre a matéria. Penso que a mesma tem algum sentido e é normal que surjam dúvidas. ----------

--------O desenvolvimento urbano de Coruche, e da população, foi regularizado sempre pelo espaço urbanizável. Cada vez mais na expansão, quer da freguesia de Coruche quer das freguesias limítrofes, usava-se muito esse tipo de tipologia de habitação. ----------

--------Por aquilo que vejo há uma alteração, vai haver a substituição de espaço urbano por espaço rústico. ----------

--------Houve um grande investimento da autarquia na expansão de infraestruturas urbanas ao nível de redes de esgoto, água e eletricidade. Foi um investimento considerável ao longo destes últimos 30 anos. Como é que a Câmara está a pensar ultrapassar esta situação para tentar inverter um pouco os investimentos que foram feitos e, também, a não descaracterização daquilo que é a habitação tradicional de Coruche (que é a pessoa viver na proximidade do centro, ter um foro com uma horta e uma pequena atividade de sustentação). Há alguma ideia de como podemos ultrapassar esta situação?----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 2
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

--------O Arq.º Luís Marques referiu: Esse é, de alguma forma, um novo paradigma.----------
--------Neste momento, estamos a avançar com as áreas de reabilitação urbana na perspetiva de trazer pessoas de novo aos centros urbanos consolidados. Agora não podemos esquecer que, de facto, vai começar a haver desertificação. É um trabalho que vai ter de ser muito bem estudado e bem desenhado. Não é uma coisa fácil.----------
--------A Dr.ª Patrícia Moreira referiu: Nós, técnicos, ainda temos que perceber quais os impactos desta nova lei de bases. ----------
--------A estratégia de Coruche é reabilitar as áreas urbanas consolidadas, mas não é trazer as pessoas todas dos foros. As nossas áreas rurais têm que se manter, o nosso desenvolvimento territorial é baseado em dar dimensão à vila, mas manter as nossas áreas rurais e criar equipamentos, qualidade de vida e atrair gente, também, para essas áreas rurais.----------
--------O Presidente da Assembleia referiu: Agradeço aos técnicos municipais a sua disponibilidade para esta exposição que foi útil para que os membros da Assembleia Municipal percebam o que são estes termos do PDM e o que são os impedimentos.----------
--------Não foi aqui abordada a questão dos custos das alterações sucessivas, os quais são os municípios que pagam. Não estamos aqui a responsabilizar ninguém, estamos a responsabilizar todos os que estão envolvidos nesta matéria. ----------
--------**ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, à uma hora e trinta e dois minutos, do dia vinte e três do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo: ----------

O Primeiro Secretário

_____

O Presidente da Assembleia Municipal

_____